

Este texto é uma tradução da Ata oficial assinada no idioma espanhol. Pode aceder a esse documento digitalizado e anexado ao final da tradução.

ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO LACNIC

No dia 4 de maio de 2022, às 16h01 reúne-se a Assembleia Extraordinária de Sócios do Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe (LACNIC).

Não estando presente a maioria absoluta de sócios do LACNIC não há quórum para sessionar, motivo pelo qual se adia a Assembleia para a segunda convocação às 16h30 (começando efetivamente às 18h01).

Segundo consta no Livro de Registro de Assistência de Sócios à Assembleia (em que há um detalhe dos sócios presentes na assembleia) se encontram presentes 144 sócios que em conjunto reúnem 469 votos (posteriormente se retiram sócios por um total de 3 votos ao discutir-se os demais pontos da ordem do dia), reunindo-se o quórum de assistência requerido pelos estatutos para sessionar em segunda convocação, pelo que a Assembleia está em condições de sessionar.

Registra-se que assistem também os integrantes da Comissão Fiscal, os Sres. Hernán Arcidiácono, Aristóteles Dantas Gaudêncio e a Sra. Adriana Ibarra.

Registra-se que a presente Assembleia foi convocada pela Diretoria em reunião de 19 de março de 2022, e que de acordo com o artigo 15 do estatuto social, a presente convocação foi comunicada por circular enviada aos sócios com 30 dias de antecedência em 22 de março de 2022, deixando registrado que o projeto de reforma de estatutos e o mecanismo de implementação da reforma proposto pela Diretoria, como estabelecido nos estatutos, foram submetidos à consideração dos sócios pelo menos 15 dias antes da data da Assembleia.

Considerando-se legalmente constituída a presente Assembleia Extraordinária de Sócios, a pauta que decorre da respectiva convocação é discutida e é a seguinte:

- 1) Designação de Presidente e Secretário da Assembleia.
- 2) Reforma dos artigos 7, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 dos estatutos sociais do LACNIC e a Proposta de Disposição Temporária para Implementação da Reforma.
- 3) Autorização para trâmites.
- 4) Designação de dois sócios para a assinatura da ata.

1. Designação de Presidente e Secretário da Assembleia.

Submetida à consideração é aprovada por maioria (435 votos a favor, 17 contra, 0 abstenções e 25 não voto) a designação do Sr. Alejandro Guzmán como Presidente da Assembleia e do Sr. Eduardo Jiménez de Aréchaga como Secretário da Assembleia.

2. Reforma dos artigos 7, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 dos estatutos sociais do LACNIC e a Proposta de Disposição Temporária para Implementação da Reforma.

Antes da consideração da Assembleia sobre a reforma dos estatutos do LACNIC, após uma breve introdução da reforma pelo Presidente da Diretoria e a Assembleia Alejandro Guzmán, o Diretor Executivo Oscar Robles apresenta um relatório sobre a reforma.

Submetida à consideração da Assembleia toda a reforma, é aprovada por maioria especial de mais de 2/3 dos sócios (398 votos a favor, 41 contra, 17 abstenções e 15 não votos).

Decorrente disso, a Assembleia aprova por maioria especial de mais de 2/3 dos sócios (87,28%), a reforma dos artigos 7, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 dos estatutos sociais do LACNIC e a Proposta de Disposição Temporária para Implementação da Reforma dos estatutos sociais do LACNIC, que passarão a ter a seguinte redação:

ARTIGO 7:

Os direitos dos associados serão os seguintes:

1. Dos Ativos "A":

- I. Usar os diferentes serviços sociais.
 - II. Apresentar à Diretoria iniciativas favoráveis à melhoria da instituição em qualquer aspecto.
 - III. Solicitar a convocação da Assembleia Extraordinária (Artigo 14).
 - IV. Participar com voz e voto nas assembleias e apresentar candidatos para integrar os órgãos eletivos estatutários.
-

2. Dos Ativos Fundadores:

- I. Usar os diferentes serviços sociais.
 - II. Apresentar à Diretoria iniciativas favoráveis à melhoria da instituição em qualquer aspecto.
 - III. Solicitar a convocação da Assembleia Extraordinária (Artigo 14).
 - IV. Participar com voz e voto nas assembleias e apresentar candidatos para integrar os órgãos eletivos estatutários.
-

3. Dos Aderentes:

- I. Usar os diferentes serviços sociais, com exceção dos serviços relacionados aos recursos da Internet.
 - II. Apresentar à Diretoria iniciativas favoráveis à melhoria da instituição em qualquer aspecto.
 - III. Integrar a Assembleia Geral com voz e sem voto.
-

ARTIGO 16:

As Assembleias serão celebradas validamente, mesmo nos casos de reforma de Estatutos e de dissolução social, qualquer que seja o número de associados presentes, meia hora após

a convocação ser fixada, se a maioria absoluta dos associados com direito de voto não tiver se reunido antes. Serão presididas pelo Presidente da organização ou, na falta deste, por quem a Assembleia designar por maioria simples de votos emitidos. O Secretário da Diretoria será o Secretário da Assembleia, ou, na falta deste, por quem esta designar por maioria simples de votos emitidos.

ARTIGO 17:

As resoluções serão adotadas por maioria absoluta dos votos emitidos, salvo as reformas de Estatutos que requererão o voto a favor de 2/3 dos votos emitidos, e aqueles casos em que este Estatuto refira expressamente a outras maiorias. Os associados que aderirem uma vez iniciado o ato só poderão votar nos pontos ainda não resolvidos. No caso de decisões que afetem os requisitos e condições das categorias de associados estabelecidas no artigo 6º, será solicitada a conformidade da maioria absoluta dos Associados Ativos presentes. Estes requisitos são adicionados aos estabelecidos especificamente para reformar os Estatutos.

ARTIGO 18:

Com a antecedência prevista pelo artigo 15, o cadastro de quem pode intervir será disponibilizado para os associados, que poderão apresentar reclamações, acertos ou esclarecimentos até 15 dias antes do ato, que deverão ser resolvidos dentro dos 5 dias seguintes.

CAPÍTULO V

DIRETORIA, COMISSÃO ELEITORAL E COMISSÃO FISCAL

ARTIGO 20:

20.1 Da Diretoria

LACNIC será gerenciado e administrado por uma Diretoria constituída por sete membros, eleitos entre cidadãos dos países ou territórios da região de abrangência do LACNIC. A Diretoria terá os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, segundo secretário, tesoureiro e segundo tesoureiro. O mandato dos Diretores durará três anos calendário, ressalvados os casos de vacância permanente regulados no Artigo 21. Os Diretores poderão ser reeleitos desde que observados seus critérios de elegibilidade. Serão renovados parcialmente a cada ano em grupos de 3 cargos. O Diretor Executivo/CEO participará das reuniões da Diretoria com direitos equivalentes a um Diretor, mas sem voto.

A eleição dos sete diretores mencionados será realizada segundo o estabelecido nos Artigos 20.3, 24 e 25. Cada ano, após a renovação de membros, a Diretoria irá designar os cargos que ocuparão a totalidade de seus membros.

20.2 Da Comissão Fiscal:

Haverá uma Comissão Fiscal composta por três membros. Seu mandato terá uma duração de três anos, renovando-se parcialmente a cada ano um dos cargos, podendo seus membros ser reeleitos, desde que observados os critérios de elegibilidade da Comissão.

20.3 Da Comissão Eleitoral:

A Comissão Eleitoral estará composta por cinco membros. Esta comissão será responsável por:

- a) A fiscalização e certificação dos processos eleitorais dos órgãos estabelecidos no presente estatuto;
- b) A verificação e controle da documentação apresentada pelos candidatos para comprovação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Regulamento de Competências e Adequação dos Candidatos;
- c) A impugnação ou restrição de um dos cargos em causa, das candidaturas ou cargos atuais por incompatibilidades (com poderes para eliminar e/ou restringir a candidatura de um ou mais candidatos contestados e/ou investigados *ex officio*);
- d) Efetuar o escrutínio e determinação dos seus resultados e dos candidatos vencedores.

Pode atuar perante reclamação ou ofício e tem o poder de convocar uma Assembleia Extraordinária em caso de graves irregularidades na eleição. Seu mandato durará três anos, renovando-se parcialmente a cada ano um ou dois dos cargos, conforme o caso, podendo seus membros ser reeleitos desde que observados os critérios de elegibilidade da comissão.

A Comissão Eleitoral, perante denúncia de parte, também terá a faculdade de investigar e resolver as denúncias sobre supostas incompatibilidades dos membros da Diretoria e da Comissão Fiscal.

ARTIGO 23:

A Diretoria se reunirá pelo menos uma vez cada três meses, no dia e horário determinados na sua primeira reunião anual. Além disso, a Diretoria poderá reunir-se sempre que convocada pelo Presidente, ou a pedido da Comissão Fiscal, ou a pedido de dois dos membros da Diretoria, devendo nestes casos realizar a reunião dentro dos 15 dias de realizado o pedido. A convocação será feita com 10 dias de antecedência, através dos meios e procedimentos estabelecidos pela Diretoria. As reuniões serão realizadas validamente com a presença da maioria absoluta de seus membros designados. Para as resoluções é requerido o voto da maioria absoluta dos presentes, salvo para as resoluções que o Estatuto, no Artigo 26.2, estabelece a necessidade de alcançar maioria especial, caso em que é requerido pelo menos o voto da maioria absoluta mais um dos membros designados da Diretoria.

ARTIGO 24:

Incompatibilidades e conflitos de interesse.

24.1 Incompatibilidades gerais para os membros dos órgãos eletivos estatutários

Não poderá haver mais de um membro nos órgãos eletivos estatutários que se encontre vinculado por motivos de trabalho a uma mesma Companhia ou Organização e/ou a uma Sociedade vinculada a essa, radicadas ou não no mesmo país.

Aos efeitos de determinar a presente incompatibilidade vão ser levados em conta os seguintes critérios: se o vínculo é com lucro ou honorário, a influência que a Companhia ou Organização possa ter na eleição do candidato e respeito aos antecedentes que o fazem elegível, o cargo na Companhia ou Organização, e o grau de influência que a Companhia ou Organização possa ter com a pessoa que vai ocupar o cargo, ou que este possa ter sobre o membro do órgão eletivo estatutário vinculado a essa Companhia ou Organização, ou vice-versa, por motivos de hierarquia ou controle.

Não serão levadas em conta respeito à presente incompatibilidade a participação em organizações mundiais, regionais ou nacionais da Internet e/ou Organizações que não tenham vínculo algum com as atividades do LACNIC, como clubes esportivos, acadêmicos, etc.

As presentes incompatibilidades serão analisadas à luz da teoria da realidade, isto é a primazia da realidade material sobre o formal.

Com base nos princípios aqui estabelecidos, a Diretoria regulará com critérios objetivos e com maior detalhamento as causas de incompatibilidade, aqueles casos limítrofes ou duvidosos, bem como mecanismos objetivos para avaliar as competências e idoneidade dos Candidatos e a forma como ela documentará e controlará esses requisitos. A regulamentação e suas sucessivas modificações, somente poderão entrar em vigor se forem aprovadas antes de qualquer processo eleitoral.

Caso alguma das incompatibilidades descritas neste artigo aconteça depois que o membro do órgão eletivo estatutário esteja ocupando seu cargo, serão adotadas diferentes soluções dependendo se o motivo da incompatibilidade for por uma mudança na cidadania ou pela troca do vínculo empregatício.

No caso do membro do órgão eletivo estatutário que causou a incompatibilidade com a sua mudança de cidadania, poderá continuar ocupando seu cargo até o término do seu mandato, após o que, se a incompatibilidade for mantida, não poderá se apresentar à reeleição do seu mandato.

24.1.1 Incompatibilidades da Diretoria:

Para integrar a Diretoria existirão as seguintes incompatibilidades:

Não poderá haver mais de dois Diretores que sejam cidadãos de um mesmo país ou território da região. Caso o candidato a ocupar o cargo na Diretoria possua mais de uma cidadania, serão consideradas todas elas a fim de avaliar uma possível incompatibilidade; se

depois do momento da eleição algum membro viesse adquirir uma nova cidadania isso não será motivo de incompatibilidade.

No caso do Diretor que causou a incompatibilidade com seu vínculo com uma Organização e/ou Companhia na que já há outro Diretor, deverá submeter a questão à Comissão Eleitoral, que em exercício de suas faculdades deverá determinar se existe tal incompatibilidade, e se for afirmativo, deverá afastá-lo do seu cargo, que ficará vago até a próxima eleição. Caso a incompatibilidade não possa ser atribuída a nenhum dos Diretores envolvidos, todos os Diretores envolvidos deverão renunciar ou ser afastados do seu cargo, devendo apenas os Diretores renunciando ou afastados dirimir em eleições especiais regidas pelo artigo 22 do presente Estatuto quem permanecerá no cargo.

24.1.2 Incompatibilidades da Comissão Fiscal:

Para integrar a Comissão Fiscal existirão as seguintes incompatibilidades:

Não poderá haver mais de um membro que seja cidadão de um mesmo país ou território da região. Caso o candidato a ocupar o cargo possua mais de uma cidadania, serão consideradas todas elas a fim de avaliar uma possível incompatibilidade; se depois do momento da eleição algum membro viesse adquirir uma nova cidadania isso não será motivo de incompatibilidade;

No caso do membro da Comissão Fiscal que causou a incompatibilidade com seu vínculo com uma Organização e/ou Companhia na que já há outro membro dessa Comissão, deverá submeter a questão à Comissão Eleitoral, que em exercício de suas faculdades deverá determinar se existe tal incompatibilidade, e se for afirmativo, deverá afastá-lo do seu cargo, que ficará vago até a próxima eleição. Caso a incompatibilidade não possa ser atribuída a nenhum dos membros da Comissão Fiscal envolvidos, todos os membros envolvidos deverão renunciar ou ser afastados do seu cargo, devendo apenas os membros da Comissão Fiscal renunciando ou afastados dirimir em eleições especiais regidas pelo artigo 22 do presente Estatuto quem permanecerá no cargo.

24.1.3 Incompatibilidades da Comissão Eleitoral:

Para integrar a Comissão Eleitoral existirão as seguintes incompatibilidades:

Não poderá haver mais de um membro que seja cidadão de um mesmo país ou território da região. Caso o candidato a ocupar o cargo possua mais de uma cidadania, serão consideradas todas elas a fim de avaliar uma possível incompatibilidade; se depois do momento da eleição algum membro viesse adquirir uma nova cidadania isso não será motivo de incompatibilidade;

No caso do membro da Comissão Eleitoral que causou a incompatibilidade com seu vínculo com uma Organização e/ou Companhia na que já há outro membro dessa Comissão, deverá submeter a questão à Diretoria, que em exercício de suas faculdades deverá determinar se existe tal incompatibilidade, e se for afirmativo, deverá afastá-lo do seu cargo, que ficará vago até a próxima eleição. Caso a incompatibilidade não possa ser

atribuída a nenhum dos membros da Comissão Eleitoral envolvidos, todos os membros envolvidos deverão renunciar ou ser afastados do seu cargo, devendo apenas os membros da Comissão Eleitoral renunciando ou afastados dirimir em eleições especiais regidas pelo artigo 22 do presente Estatuto quem permanecerá no cargo.

24.2 Conflitos de interesse:

Os membros dos órgãos eletivos estatutários atuarão como indivíduos e não em representação das organizações membro às que pertencem. Assim mesmo, os membros dos órgãos eletivos estatutários deverão abster-se de participar de discussões e votações nas que exista um conflito de interesse potencial, tanto no pessoal, quanto pela participação que possam ter com organizações ou empresas às que estejam vinculadas.

A Diretoria, após consulta à Comissão Eleitoral, e antes do início do processo eleitoral, deverá regulamentar os conflitos de interesse aplicáveis aos membros e candidatos a cargos em órgãos eletivos do LACNIC.

24.2.1. Os conflitos de interesse incluirão o impedimento de:

1. Integrar, simultaneamente, mais de um órgão eletivo estatutário. Este conflito de interesse não será aplicável aos casos das substituições estabelecidas no presente estatuto.
2. Ser candidato, simultaneamente, para mais de um órgão eletivo estatutário.

24.2.2. Para membros da Diretoria, os conflitos de interesse incluirão o impedimento de:

1. Integrar, simultaneamente, outros órgãos eletivos nos que a Diretoria do LACNIC tenha designado a Comissão Eleitoral como autoridade supervisora desses processos eleitorais.

24.2.3. Para candidatos à Diretoria, os conflitos de interesse incluirão o impedimento de:

1. Ser candidato, simultaneamente, para outros órgãos eletivos nos que a Diretoria do LACNIC tenha designado a Comissão Eleitoral como autoridade supervisora desses processos eleitorais.

24.2.4. Para membros da Comissão Eleitoral, os conflitos de interesse incluirão o impedimento de:

1. Integrar, simultaneamente, outros órgãos eletivos nos que a Comissão Eleitoral tenha sido designada como autoridade supervisora desses processos eleitorais.
2. Ser candidato para um processo eleitoral ao qual presta serviço como membro da Comissão Eleitoral, desde que não se desvie das suas competências antes do início do referido processo eleitoral.

24.2.5. Para candidatos à Comissão Eleitoral, os conflitos de interesse incluirão o impedimento de:

1. Ser candidato, simultaneamente, para outros órgãos eletivos nos que a Diretoria do LACNIC tenha designado a Comissão Eleitoral como autoridade supervisora desses processos eleitorais.

ARTIGO 25:

Processos eleitorais:

O ato eleitoral dos membros da Diretoria irá acontecer no segundo semestre do ano. O ato eleitoral dos membros da Comissão Fiscal e da Comissão Eleitoral será realizado dentro dos primeiros nove meses do ano.

O registo dos sócios que podem participar das eleições deverá ser publicado até 30 dias após o início do processo eleitoral. Os sócios podem fazer reclamações, ajustes ou esclarecimentos até 15 dias antes da abertura da votação, que deverão ser resolvidos nos 5 dias seguintes.

No caso em que, após o ato eleitoral, tenham ficado cargos vagos, proceder-se-á a repeti-lo em 30 dias, quantas vezes for necessário para preencher as vagas.

O voto será secreto e poderá ser realizado por meio de mecanismos físicos ou eletrônicos que garantam de forma confiável a identidade do eleitor e o sigilo do voto. As candidaturas deverão ser endossadas por dois sócios diferentes daquele que apresenta o candidato, que ao mesmo tempo endossam a exatidão das informações que o candidato apresentou na sua candidatura, bem como a competência e idoneidade do candidato.

Cada associado poderá exercer seu direito de voto estabelecido nos artigos 7 e 19, quantas vezes os cargos estiverem sendo eleitos, mas somente poderá designar o mesmo candidato a quantia estabelecida no referido Artigo. Os candidatos serão votados individualmente entre aqueles que foram apresentados como candidatos em tempo e forma. Serão eleitos os candidatos que receberem mais votos em número igual aos cargos em disputa, caso haja empate entre um ou mais cargos em disputa, será realizado um segundo turno entre os candidatos que empataram, dentro do prazo e condições determinados pela Comissão Eleitoral.

ARTIGO 26:

São atribuições e deveres da Diretoria:

26.1 Competências da Diretoria com maioria simples:

1. Executar as resoluções das Assembleias, cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os regulamentos, interpretando-os em caso de dúvida com a responsabilidade de dar conta à Assembleia mais próxima a ser realizada;
2. Exercer a administração do LACNIC;
3. Convocar Assembleias;

4. Resolver a admissão daqueles que solicitarem entrar como associados. A Diretoria poderá delegar a presente faculdade ao pessoal do LACNIC.
 5. Expulsar ou sancionar aos associados;
 6. Nomear o pessoal necessário para o cumprimento da finalidade social, fixar seu salário, determinar as suas obrigações, sancioná-lo e despedi-lo; A Diretoria poderá delegar a presente faculdade ao pessoal do LACNIC.
 7. Apresentar à Assembleia Geral Ordinária a Memória, Balanço Geral, Inventário, Conta de Gastos e Recursos e Relatório da Comissão Fiscal. Todos estes documentos deverão ser colocados à disposição dos associados com a antecedência requerida pelo art. 15 para a convocação à Assembleia Ordinária.
 8. Ditar os regulamentos internos necessários para o cumprimento dos objetivos do LACNIC.
 9. Ratificar as políticas de administração e designação dos recursos da Internet sob a responsabilidade do LACNIC.
-

26.2 Competências da Diretoria com maioria especial:

1. Propor a Reforma dos estatutos e sua correspondente chamada a Assembleia Extraordinária para sua discussão e aprovação;
 2. Contratação do Diretor Executivo;
 3. Aprovação do orçamento anual;
 4. Aprovação do Balanço Geral e apresentar na Assembleia Ordinária;
 5. Aprovação de compra e venda de imóveis;
 6. Instrumentar os prazos de pagamento e o regime transitório quando houver modificações na quota social, bem como os descontos, benefícios, abatimentos, multas por não pagamento das referidas quotas sociais e financiamento das quotas sociais;
-
7. Exercer o poder estabelecido no parágrafo final do artigo 19, estabelecer as equivalências dos novos intervalos de endereços, caso os avanços tecnológicos motivem o uso de novos critérios ou novas terminologias na designação de espaços de endereços IP.
 8. Elaborar, implementar e aprovar o Regulamento de Incompatibilidades dos membros dos órgãos eletivos estatutários do LACNIC.
 9. Elaborar, implementar e aprovar o Regulamento de Competências e Idoneidade dos candidatos.
 10. Elaborar, implementar e aprovar o Regulamento de Conflitos de Interesse para os membros e candidatos a cargos de órgãos eletivos estatutários do LACNIC.
 11. Definir as diretrizes de Transparência aplicáveis ao LACNIC e garantir sua aplicação.
 12. Instrumentar e aprovar os processos eleitorais e seus regulamentos.
-

CAPÍTULO VI

DO PRESIDENTE

ARTIGO 28:

Corresponde ao Presidente ou a quem o substitua estatutariamente:

1. Exercer, conjuntamente com o Vice-presidente, Secretário, e/ou Tesoureiro indistintamente a representação do LACNIC;
2. Convocar para as Assembleias e para as sessões da Diretoria e presidi-las;
3. Participar das Assembleias. Participar das sessões da Diretoria com voz e voto e, em caso de empate, votará novamente para desempatar;
4. Assinar com o Secretário as atas das Assembleias e da Diretoria, bem como a correspondência;
5. Autorizar com o Tesoureiro as contas de despesas, assinando os recibos e outros documentos da Tesouraria, de acordo com a resolução da Diretoria; a presente faculdade poderá ser delegada pelo Presidente à equipe do LACNIC. Não permitirá que os fundos sociais sejam investidos em objetos fora do estabelecido pelo presente Estatuto;
6. Dirigir as discussões, suspender e levantar as sessões da Diretoria e Assembleias quando a ordem for alterada e falte o respeito devido;
7. Custodiar o andamento e administração do LACNIC, observando e fazendo observar o Estatuto, os regulamentos, as resoluções das Assembleias e da Diretoria;
8. Punir qualquer funcionário que não cumpra com seus deveres e adotar as resoluções nos casos imprevistos. Em ambos supostos será “ad referendum” da primeira reunião da Diretoria, a presente faculdade poderá ser delegada pelo Presidente à equipe do LACNIC.

CAPÍTULO VII

DO SECRETÁRIO

ARTIGO 29:

Corresponde ao Secretário ou a quem o substitua estatutariamente:

- a. Participar das Assembleias. Participar das sessões da Diretoria com voz e voto, redigindo as respectivas atas, podendo delegar essa tarefa ao pessoal do LACNIC; estas serão lavradas no livro correspondente e assinada com o Presidente.
- b. Assinar com o Presidente a correspondência e quaisquer documentos do LACNIC
- c. Convocar às sessões da Diretoria de acordo ao estabelecido no art. 23
- d. Levar o livro de atas e, conjuntamente com o Tesoureiro, o Livro de Associados, podendo delegar essa tarefa ao pessoal do LACNIC.

CAPÍTULO VIII

DO TESOUREIRO

ARTIGO 30:

Corresponde ao Tesoureiro ou a quem o substitua estatutariamente:

1. Participar das Assembleias. Participar das sessões da Diretoria com voz e voto.
 2. Ser o vínculo entre a Diretoria e a Comissão Fiscal, incluindo a reunião anual desta última com a equipe do LACNIC.
 3. Acompanhar a gestão financeira da organização.
 4. Enviar sua opinião sobre os relatórios financeiros à Assembleia Ordinária do LACNIC
 5. Levar conjuntamente com o Secretário o Livro de Associados, sendo responsável de tudo o relativo ao cobro das quotas sociais, a presente faculdade poderá ser delegada pelo Tesoureiro à equipe do LACNIC.
 6. Levar os livros contábeis, a presente faculdade poderá ser delegada pelo Tesoureiro à equipe do LACNIC.
 7. Apresentar à Diretoria balanços mensais e preparar, anualmente o Balanço Geral, Conta de Gastos e Recursos e Inventário correspondentes ao exercício encerrado, que prévia aprovação da Diretoria serão submetidos à Assembleia Ordinária, a presente faculdade poderá ser delegada pelo Tesoureiro à equipe do LACNIC;
 8. Assinar com o Presidente os recibos e outros documentos da Tesouraria, efetuando os pagamentos resolvidos pela Diretoria; a presente faculdade poderá ser delegada pelo Tesoureiro à equipe do LACNIC.
 9. Depositar em uma instituição bancária em nome do LACNIC e por ordem conjunta do Presidente e o Tesoureiro, os fundos ingressados à caixa social, podendo reter nela até a quantia determinada pela Diretoria, a presente faculdade poderá ser delegada pelo Tesoureiro à equipe do LACNIC.
 10. Dar conta do estado econômico da organização à Diretoria e à Comissão Fiscal sempre que requerido, a presente faculdade poderá ser delegada pelo Tesoureiro à equipe do LACNIC.
-

CAPÍTULO IX

DO VICE-PRESIDENTE, SEGUNDO SECRETÁRIO, SEGUNDO TESOUREIRO

ARTIGO 31:

Corresponde ao Vice-presidente:

- a. Desempenhar as funções do Presidente no caso de ele comunicar sua ausência ou renúncia de seu cargo à Diretoria.

Corresponde ao Segundo Secretário:

- a. Desempenhar as funções do Secretário no caso de ele comunicar sua ausência ou renúncia de seu cargo à Diretoria.

Corresponde ao Segundo Tesoureiro:

- a. Desempenhar as funções do Tesoureiro no caso de ele comunicar sua ausência ou renúncia de seu cargo à Diretoria.

Corresponde a cada Diretor:

- a. Participar das Assembleias.
- b. Participar das sessões da Diretoria com voz e voto.

- c. Desempenhar as comissões, funções e tarefas confiadas a ele pela Diretoria.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Publicado o Regulamento de Competências e Idoneidade de Candidatos, as vagas para cargos na Diretoria criadas pelo presente ajuste estatutário serão preenchidas uma a uma por eleição nos anos em que houver disputa de dois cargos na Diretoria (sem considerar os cargos por vagas mencionados no artigo 21).

3. Autorização para trâmites

Por maioria (410 votos a favor, 1 contra, 26 abstenções e 34 não votos) a Assembleia resolve: Designar Oscar Robles Garay, Ernesto Majo e/ou Eduardo Jiménez de Aréchaga para que realizem indistintamente todas as diligências ou procedimentos correspondentes para obter a aprovação, comunicação, registro e publicação desta reforma estatutária, perante o Ministério das Relações Exteriores e demais repartições públicas da República Oriental do Uruguai, podendo receber ou discutir as observações que eventualmente possam ser formuladas pelas autoridades competentes, incluindo o Ministério das Relações Exteriores, podendo propor textos substitutivos e recorrer de suas resoluções.

4. Designação de dois sócios para a assinatura da ata.

Por maioria (380 votos a favor, 1 contra, 50 abstenções e 35 não votos) deliberou-se a designação de Ariel Graizer e Edmundo Cazarez para fins de assinatura da ata.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18h43

ACTA DE ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DE LACNIC

El día 4 de mayo de 2022, siendo las 16:01 horas se reúne la Asamblea Extraordinaria de Socios del Registro de Direcciones de Internet para América Latina y Caribe (LACNIC).

No estando presentes la mayoría absoluta de socios de LACNIC no existe quórum para sesionar por lo se pospone la Asamblea para la segunda convocatoria a las 16 y 30 horas (comenzando efectivamente a las 18:01 horas).

Según consta en el Libro de Registro de Asistencia de Socios a Asambleas (en donde se encuentra un detalle de los socios presentes en la misma) se encuentran presentes 144 socios que en su conjunto reúnen 469 votos (posteriormente se retiran socios por un total de 3 votos al discutirse los demás ordenes del día), reuniéndose el quórum de asistencia requerido por los estatutos para sesionar en segunda convocatoria, por lo que la Asamblea está en condiciones de sesionar.

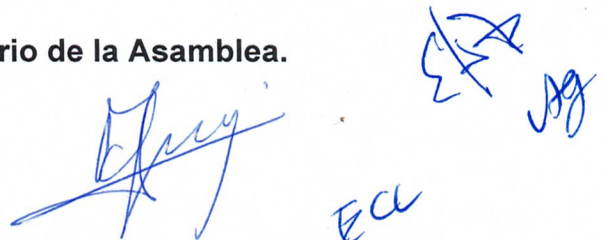
Se deja constancia que asisten también los integrantes de la Comisión Fiscal Sres. Hernan Arcidiacono, Aristóteles Dantas Gaudêncio y Adriana Ibarra.

Se deja constancia que la presente asamblea fue convocada por el Directorio en reunión del 19 de marzo de 2022, y que de acuerdo al artículo 15 del estatuto social se comunicó la presente convocatoria por circular remitida a los socios con 30 días de anticipación el 22 de marzo de 2022, dejándose constancia que el proyecto de reforma de estatutos y el mecanismo de implementación de la reforma propuesto por el Directorio, como lo establecen los estatutos, fue puesta en consideración de los socios al menos 15 días antes de la fecha de celebración de la Asamblea.

Hallándose legalmente constituida la presente Asamblea Extraordinaria de Socios, se pasa a tratar el orden del día que surge de la respectiva convocatoria y es el siguiente:

- 1) Designación de Presidente y Secretario de la asamblea;
- 2) Reforma de los artículos 7, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31 de los estatutos sociales de LACNIC y la Propuesta de Disposición Transitoria de Implementación de la Reforma.
- 3) Autorización para trámites.
- 4) Designación de dos socios para la firma del acta.

1. Designación de Presidente y Secretario de la Asamblea.



Puesta a consideración se aprueba por mayoría (435 votos a favor, 17 en contra, 0 abstenciones y 25 no votos) la designación del Sr. Alejandro Guzmán como Presidente de la Asamblea y al Sr. Eduardo Jiménez de Aréchaga como Secretario de la Asamblea.

2. Reforma de los artículos 7, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31 de los estatutos sociales de LACNIC y la Propuesta de Disposición Transitoria de Implementación de la Reforma.

En forma previa a la puesta a consideración de la asamblea la reforma de los estatutos de LACNIC, luego de una breve introducción de la reforma por parte del Presidente del Directorio y la Asamblea Alejandro Guzmán, el Director Ejecutivo Oscar Robles presenta un informe sobre la reforma.

Puesto a consideración de la Asamblea toda la reforma la misma, se aprueba por mayoría especial de más de 2/3 de los socios (398 votos a favor, 41 en contra, 17 abstenciones y 15 no votos)

En consecuencia, la Asamblea aprueba por mayoría especial de más de 2/3 de los socios (87,28%), la reforma de los artículos 7, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31 de los estatutos sociales de LACNIC y la Propuesta de Disposición Transitoria de Implementación de la Reforma de los estatutos sociales de LACNIC que pasarán a tener la siguiente redacción:

ARTICULO 7:

Los derechos de los asociados serán los siguientes:

1. De los Activos "A":

- I. Utilizar los diversos servicios sociales.
- II. Presentar al Directorio iniciativas favorables al mejoramiento de la institución en cualquier aspecto.
- III. Solicitar la convocatoria de la Asamblea Extraordinaria (Artículo 14).
- IV. Participar con voz y voto en las asambleas y presentar candidatos para integrar los órganos electivos estatutarios.

2. De los Activos Fundadores:

- I. Utilizar los diversos servicios sociales.
- II. Presentar al Directorio iniciativas favorables al mejoramiento de la institución en cualquier aspecto.
- III. Solicitar la convocatoria de la Asamblea Extraordinaria (Artículo 14).
- IV. Participar con voz y voto en las asambleas y presentar candidatos para integrar los órganos electivos estatutarios.

3. De los Adherentes:

- I. Utilizar los diversos servicios sociales, con excepción de los servicios relacionados a los recursos de Internet.



ECU



II. Presentar al Directorio iniciativas favorables al mejoramiento de la institución en cualquier aspecto.

III. Integrar la Asamblea General con voz y sin voto.

ARTICULO 16:

Las Asambleas se celebrarán válidamente, aún en los casos de reforma de Estatutos y de disolución social, sea cual fuere el número de socios concurrentes, media hora después de fijada la convocatoria, si antes no se hubiera reunido ya la mayoría absoluta de los socios con derecho a voto. Serán presididas por el presidente de la entidad o, en su defecto, por quien la Asamblea designe por mayoría simple de votos emitidos. El secretario del Directorio será el secretario de la asamblea, o en su defecto quien ésta designe por mayoría simple de votos emitidos.

ARTICULO 17:

Las resoluciones se adoptarán por mayoría absoluta de votos emitidos, salvo las reformas de Estatutos que requerirán el voto conforme de 2/3 de los votos emitidos, y aquellos casos en que este Estatuto refiera expresamente a otras mayorías. Los socios que se incorporen una vez iniciado el acto sólo tendrán voto en los puntos aún no resueltos. En caso de decisiones que afecten los requisitos y condiciones de las categorías de asociados establecidas en el artículo 6°. Se requerirá la conformidad de la mayoría absoluta de los Asociados Activos presentes. Estos requisitos se suman a los establecidos específicamente para reformar los Estatutos.

ARTICULO 18:

Con la anticipación prevista por el art. 15o se pondrá en exhibición a los asociados el padrón de los que están en condiciones de intervenir, quienes podrán efectuar los reclamos, ajustes o aclaraciones hasta 15 días antes del acto, los que deberán resolverse dentro de los 5 días siguientes.

CAPITULO V

DIRECTORIO, COMISION ELECTORAL Y COMISION FISCAL

ARTICULO 20:

20.1 Del Directorio:

LACNIC será dirigido y administrado por un Directorio compuesto por nueve miembros, elegidos entre ciudadanos de los países o territorios de la región de cobertura de LACNIC. El Directorio tendrá los siguientes cargos: presidente, vicepresidente, secretario, secretario segundo, tesorero y tesorero segundo. El mandato de los directores durará tres años calendario, salvo aquellos casos de



ECL



vacancia permanente que se encuentran regulados en el Artículo 21. Los Directores, pueden ser reelegidos siempre y cuando se observen los criterios de elegibilidad de los mismos. Se renovarán parcialmente cada año en grupos de 3 cargos. El Director Ejecutivo/CEO participará de las reuniones del Directorio con derechos equivalentes a un Director, pero sin voto.

La elección de los directores mencionados se efectuará según lo establecido en los Artículos 20.3, 24 y 25. Cada año, tras la renovación de miembros, el Directorio designará de su seno los cargos que ocuparán la totalidad de sus miembros.

20.2 De la Comisión Fiscal:

Habrà una Comisión Fiscal compuesta por tres miembros. Su mandato durará tres años, renovándose parcialmente cada año uno de los cargos, pudiendo sus miembros ser reelegidos, siempre y cuando se observen los criterios de elegibilidad de la Comisión.

20.3 De la Comisión Electoral:

La Comisión Electoral estará integrada por cinco miembros. Esta comisión tendrá a su cargo:

- a) La vigilancia y certificación de los procesos electorarios de los órganos establecidos en el presente estatuto;
- b) La verificación y control de la documentación presentada por los candidatos para acreditar el cumplimiento de los requisitos establecidos en el Reglamento de Competencias e Idoneidad de Candidatos;
- c) Las impugnaciones o restricción a uno de los cargos en juego, de las candidaturas o cargos actuales debido a incompatibilidades (teniendo la facultad de eliminar y/o restringir la candidatura de uno o más candidatos impugnados y/o investigados de oficio);
- d) La realización del escrutinio y determinación de sus resultados y de los candidatos triunfantes.

Puede actuar ante una denuncia o de oficio y tiene facultades para llamar a Asamblea Extraordinaria en caso de irregularidades graves en la elección. Su mandato durará tres años, renovándose parcialmente cada año uno o dos de los cargos, según el caso, pudiendo sus miembros ser reelegidos siempre y cuando se observen los criterios de elegibilidad de la comisión.

La Comisión Electoral, ante denuncia de parte, también tendrá la facultad de investigar y resolver las denuncias sobre presuntas incompatibilidades de los miembros del Directorio y la Comisión Fiscal.

ARTICULO 23:



ECL

El Directorio se reunirá por lo menos una vez cada tres meses, en el día y hora que se determine en su primera reunión anual. Además el Directorio podrá reunirse toda vez que sea citado por el Presidente, o a pedido de la Comisión Fiscal, o a pedido de dos de los miembros del Directorio, debiendo en estos casos celebrarse la reunión dentro de los 15 días de realizado el pedido. La citación se hará con 10 días de anticipación a través de los medios y procedimientos que el Directorio tenga establecido. Las reuniones se celebrarán válidamente con la presencia de la mayoría absoluta de sus miembros designados. Para las resoluciones se requiere el voto de la mayoría absoluta de los presentes, salvo para aquellas resoluciones que el Estatuto, en el artículo 26.2, establece la necesidad de alcanzar mayoría especial caso en el cual se requiere al menos el voto de la mayoría absoluta más uno de los miembros designados del Directorio.

ARTICULO 24:

Incompatibilidades y conflictos de interés.

24.1 Incompatibilidades generales a los miembros de los órganos electivos estatutarios

No podrá haber más de un miembro en los órganos electivos estatutarios que se encuentre vinculado por razones de empleo a una misma Compañía u Organización y/o a una Sociedad Vinculada a ésta, radicadas o no en un mismo país.

A los efectos de determinar la presente incompatibilidad se tomarán en cuenta los siguientes criterios, si el vínculo es rentado u honorario, la influencia que la Compañía u Organización puede tener en la elección del candidato y respecto a los antecedentes que lo hacen elegible, el cargo en la Compañía u Organización, y el grado de influencia que la Compañía u Organización puede tener con la persona que ocupará el cargo, o que éste pueda tener sobre el miembro del órgano electivo estatutario vinculado a esa Compañía u Organización, o viceversa, por razones de jerarquía o control.

No serán tomadas en cuenta respecto a la presente incompatibilidad la participación en organizaciones mundiales, regionales o nacionales de Internet y/u Organizaciones que no tienen ningún vínculo con las actividades de LACNIC, como serían los clubes deportivos, académicos etc.

Las presentes incompatibilidades serán analizadas a la luz de la teoría de la realidad, esto es la primacía de la realidad material sobre lo formal.

En base a los principios aquí establecidos el Directorio, reglamentará con criterios objetivos y en mayor detalle las causales de incompatibilidad, aquellos casos límites o dudosos, así como mecanismos objetivos para evaluar las competencias e idoneidad de los Candidatos y la forma en que documentará y se controlarán



dichos requisitos. La reglamentación y sus sucesivas modificaciones a la misma, solo podrán regir si las mismas son aprobadas con anterioridad a cualquier proceso electoral.

En el caso de que alguna de las incompatibilidades descritas en este artículo, se produzcan luego de que el miembro del órgano electivo estatutario se encuentra ocupando su cargo, se adoptarán diferentes soluciones de acuerdo a si la causal de incompatibilidad es por un cambio en la ciudadanía o por el cambio de vinculo laboral.

En el caso del miembro del órgano electivo estatutario que ocasionó la incompatibilidad con su cambio de ciudadanía, el mismo podrá seguir ocupando su cargo hasta que culmine su mandato, luego de lo cual, en caso de que se mantenga la incompatibilidad, no podrá presentarse a la reelección de su mandato.

24.1.1 Incompatibilidades del Directorio:

Existirán las siguientes incompatibilidades para integrar el Directorio:

No podrá haber más de dos Directores que sean ciudadanos de un mismo país o territorio de la Región. En caso de que el candidato a ocupar el cargo en el Directorio posea más de una ciudadanía, se considerarán todas ellas para evaluar una presunta incompatibilidad; si posterior al momento de la elección algún miembro adquiriera una nueva ciudadanía ello no será motivo de incompatibilidad;

En el caso del Director que ocasionó la incompatibilidad con su vinculo con una Organización y/o Compañía en la que ya se encuentra otro Director, deberá referirse la cuestión a la Comisión Electoral, quien en ejercicio de sus facultades, deberá determinar si existe tal incompatibilidad, y en caso afirmativo cesarlo en su cargo, el cual quedará vacante hasta la próxima elección. En el caso de que la incompatibilidad no pueda atribuirse a ninguno de los Directores involucrados, todos los Directores involucrados deberán renunciar o ser cesados en su cargo, debiendo solo los Directores renunciantes o cesados dirimir en elecciones especiales reguladas por el artículo 22 del presente Estatuto quién permanecerá en el cargo.

24.1.2 Incompatibilidades de la Comisión Fiscal:

Existirán las siguientes incompatibilidades para integrar la Comisión Fiscal:

No podrá haber más de un miembro que sea ciudadano de un mismo país o territorio de la Región. En caso de que el candidato a ocupar el cargo posea más de una ciudadanía, se considerarán todas ellas para evaluar una presunta incompatibilidad; si posterior al momento de la elección algún miembro adquiriera una nueva ciudadanía ello no será motivo de incompatibilidad;



ECL

2/17
AG

En el caso del miembro de la Comisión Fiscal que ocasionó la incompatibilidad con su vínculo con una Organización y/o Compañía en la que ya se encuentra otro miembro de dicha Comisión, deberá referirse la cuestión a la Comisión Electoral, quien en ejercicio de sus facultades, deberá determinar si existe tal incompatibilidad, y en caso afirmativo cesarlo en su cargo, el cual quedará vacante hasta la próxima elección. En el caso de que la incompatibilidad no pueda atribuirse a ninguno de los miembros de la Comisión Fiscal involucrados, todos los miembros involucrados deberán renunciar o ser cesados, en su cargo, debiendo solo los miembros de la Comisión Fiscal renunciando o cesados dirimir en elecciones especiales reguladas por el artículo 22 del presente Estatuto quién permanecerá en el cargo.

24.1.3 Incompatibilidades de la Comisión Electoral:

Existirán las siguientes incompatibilidades para integrar la Comisión Electoral:

No podrá haber más de un miembro que sea ciudadano de un mismo país o territorio de la Región. En caso de que el candidato a ocupar el cargo posea más de una ciudadanía, se considerarán todas ellas para evaluar una presunta incompatibilidad; si posterior al momento de la elección algún miembro adquiriera una nueva ciudadanía ello no será motivo de incompatibilidad;

En el caso del miembro de la Comisión Electoral que ocasionó la incompatibilidad con su vínculo con una Organización y/o Compañía en la que ya se encuentra otro miembro de dicha Comisión, deberá referirse la cuestión al Directorio, quien en ejercicio de sus facultades, deberá determinar si existe tal incompatibilidad, y en caso afirmativo cesarlo en su cargo, el cual quedará vacante hasta la próxima elección. En el caso de que la incompatibilidad no pueda atribuirse a ninguno de los miembros de la Comisión Electoral involucrados, todos los miembros involucrados deberán renunciar o ser cesados, en su cargo, debiendo solo los miembros de la Comisión Electoral renunciando o cesados dirimir en elecciones especiales reguladas por el artículo 22 del presente Estatuto quién permanecerá en el cargo.

24.2 Conflictos de interés:

Los miembros de los órganos electivos estatutarios actuarán como individuos y no en representación de las organizaciones miembros a las que pertenecen. Asimismo, los miembros de los órganos electivos estatutarios deberán abstenerse de participar de discusiones y votaciones en las que exista un potencial conflicto de interés, tanto en lo personal, como también por la participación que puedan tener con entidades o empresas a las que estén vinculados.

El Directorio, previa consulta a la Comisión Electoral, y antes del inicio del proceso electoral, deberá reglamentar los conflictos de interés aplicables a los miembros y candidatos a cargos de órganos electivos de LACNIC.



ECL



24.2.1. Los conflictos de interés incluirán el impedimento de:

1. Integrar, de manera simultánea, más de un órgano electivo estatutario. Este conflicto de interés no será aplicable a los casos de las suplencias establecidas en el presente estatuto;
2. Ser candidato, de manera simultánea, a más de un órgano electivo estatutario;

24.2.2. A miembros del Directorio, los conflictos de interés incluirán el impedimento de:

1. Integrar, de manera simultánea, otros órganos electivos en los que el Directorio de LACNIC haya designado a la Comisión Electoral como autoridad vigilante de esos procesos electorales.

24.2.3. A candidatos al Directorio, los conflictos de interés incluirán el impedimento de:

1. Ser candidato, de manera simultánea, a otros órganos electivos en los que el Directorio de LACNIC haya designado a la Comisión Electoral como autoridad vigilante de esos procesos electorales.

24.2.4. A miembros de la Comisión Electoral, los conflictos de interés incluirán el impedimento de:

1. Integrar, de manera simultánea, otros órganos electivos en los que la Comisión Electoral haya sido designada como autoridad vigilante de esos procesos electorales.
2. Ser candidato a un proceso electoral al cual presta servicio como miembro de la Comisión Electoral, si no se aparta de sus atribuciones previo al inicio de dicho proceso electoral.

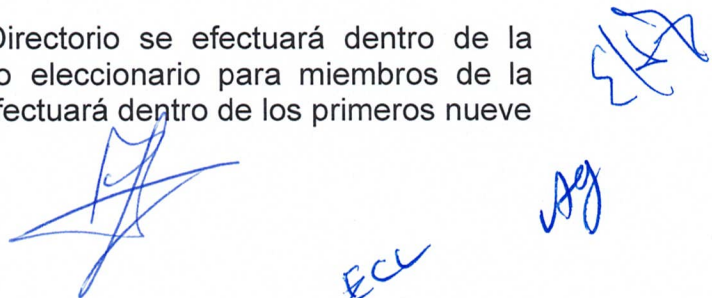
24.2.5. A candidatos a la Comisión Electoral, los conflictos de interés incluirán el impedimento de:

1. Ser candidato, de manera simultánea, a otros órganos electivos en los que el Directorio de LACNIC haya designado a la Comisión Electoral como autoridad vigilante de esos procesos electorales.

ARTICULO 25:

Procesos electorales:

El acto eleccionario para miembros del Directorio se efectuará dentro de la segunda mitad del año calendario. El acto eleccionario para miembros de la Comisión Fiscal y la Comisión Electoral se efectuará dentro de los primeros nueve meses del año calendario.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, the letters 'ECC', and other initials.

El padrón de socios que están en condiciones de participar de las elecciones deberá ser publicado a más tardar 30 días luego del inicio del proceso electoral. Los socios podrán efectuar los reclamos, ajustes o aclaraciones hasta 15 días antes de la apertura de la votación, los que deberán resolverse dentro de los 5 días siguientes.

En el caso de que luego del acto eleccionario, hayan quedado cargos vacantes se procederá a repetir el mismo a los 30 días siguientes, tantas veces como sea necesario para que se completen las vacantes.

El voto será secreto y el mismo podrá realizarse mediante mecanismos físicos o electrónicos que garanticen en forma fehaciente la identidad del votante y el secreto del voto. Las candidaturas deberán estar respaldadas por dos socios distintos a quien presenta al candidato, quienes al mismo tiempo respaldan la veracidad de la información que el candidato ha presentado en su candidatura así como la competencia e idoneidad del candidato.

Cada asociado podrá ejercer su derecho al voto establecido en el Artículo 7o y 19 tantas veces como cargos estén siendo electos, pero solo podrá asignar a un mismo candidato la cantidad que establece dicho Artículo. Se votará a candidatos en forma individual entre aquellas personas que hayan sido presentadas como candidatos en tiempo y forma. Resultarán electos los candidatos que resulten más votados en igual número que los cargos en disputa, en caso de empate entre uno o más cargos en disputa se procederá a realizar, entre los candidatos que empataron, una segunda vuelta en el plazo y condiciones que la Comisión Electoral determine.

ARTICULO 26:

Son atribuciones y deberes del Directorio:

26.1 Atribuciones del Directorio con mayoría simple:

1. Ejecutar las resoluciones de las Asambleas, cumplir y hacer cumplir este Estatuto y los reglamentos, interpretándolos en caso de duda con cargo de dar cuenta a la Asamblea más próxima que se celebre,
2. Ejercer la administración de LACNIC,
3. Convocar a Asambleas,
4. Resolver la admisión de los que solicitan ingresar como socios. La presente facultad podrá ser delegada por el Directorio en el personal de LACNIC,
5. Expulsar o sancionar a los asociados,
6. Nombrar el personal necesario para el cumplimiento de la finalidad social, fijarle sueldo, determinarle las obligaciones, sancionarlo y despedirlo. La presente facultad podrá ser delegada por el Directorio en el personal de LACNIC,



ECL



7. Presentar a la Asamblea General Ordinaria la Memoria, Balance General, Inventario, Cuenta de Gastos y Recursos e Informe de la Comisión Fiscal. Todos estos documentos deberán ser puestos en conocimiento de los socios con la anticipación requerida por el art. 15 para convocatoria a la Asamblea Ordinaria,
8. Dictar las reglamentaciones internas necesarias para el cumplimiento de los objetivos de LACNIC,
9. Ratificar las políticas de administración y asignación de los recursos de Internet bajo la responsabilidad de LACNIC.

26.2 Atribuciones del Directorio con mayoría especial:

1. Proponer Reforma de los estatutos, y su correspondiente convocatoria a Asamblea Extraordinaria para su discusión y aprobación,
2. Contratación del Director Ejecutivo,
3. Aprobación del presupuesto anual,
4. Aprobación del Balance General a presentar a la Asamblea Ordinaria.
5. Aprobación de compra y venta de Inmuebles.
6. Instrumentar los plazos de pago y el régimen transitorio en caso de modificaciones a la cuota social, así como los descuentos, beneficios, quitas, multas por falta de pago de las referidas cuotas sociales y financiamiento de cuotas sociales.
7. Ejercer la potestad establecida en el inciso final del artículo 19, de establecer las equivalencias de los nuevos rangos de direcciones, en el caso en que los avances tecnológicos, motiven el uso de nuevos criterios o nuevas terminologías en la asignación de espacios de direcciones IP.
8. Redactar, instrumentar y aprobar el Reglamento de Incompatibilidades de los miembros de los órganos electivos estatutarios de LACNIC.
9. Redactar, instrumentar y aprobar el Reglamento de Competencias e Idoneidad de los Candidatos.
10. Redactar, instrumentar y aprobar el Reglamento de Conflictos de Interés para los miembros y candidatos a cargos de órganos electivos estatutarios de LACNIC.
11. Definir los lineamientos de Transparencia aplicables a LACNIC y velar por su aplicación.
12. Instrumentar y aprobar los procesos electorales y su reglamentación.

CAPITULO VI

DEL PRESIDENTE

ARTICULO 28:

Corresponde al Presidente o a quien lo reemplace estatutariamente:



ECL

AGY

1. Ejercer conjuntamente con el Vicepresidente, Secretario, y/o Tesorero indistintamente la representación de LACNIC;
2. Citar a las Asambleas y convocar a las sesiones del Directorio y presidirlas;
3. Asistir a las Asambleas. Participar de las sesiones del Directorio con voz y voto y, en caso de empate, votará nuevamente para desempatar;
4. Firmar con el Secretario las actas de las Asambleas y del Directorio, y la correspondencia;
5. Autorizar con el Tesorero las cuentas de gastos, firmando los recibos y demás documentos de la tesorería de acuerdo con lo resuelto por el Directorio, la presente facultad podrá ser delegada por el Presidente en el personal de LACNIC. No permitirá que los fondos sociales sean invertidos en objetos ajenos a lo establecido por este Estatuto;
6. Dirigir las discusiones, suspender y levantar las sesiones del Directorio y Asambleas cuando se altere el orden y falte el respeto debido;
7. Velar por la marcha y administración de LACNIC, observando y haciendo observar el Estatuto, los reglamentos, las resoluciones de las Asambleas y del Directorio,
8. Sancionar a cualquier empleado que no cumpla con sus obligaciones y adoptar las resoluciones en los casos imprevistos. En ambos supuestos será "ad referéndum" de la primera reunión de Directorio, la presente facultad podrá ser delegada por el Presidente en el personal de LACNIC.

CAPITULO VII

DEL SECRETARIO

ARTICULO 29:

Corresponde al Secretario o a quien lo reemplace estatutariamente:

- a. Asistir a las Asambleas. Participar de las sesiones del Directorio con voz y voto, redactando las actas respectivas, pudiendo delegar dicha tarea en el personal de LACNIC, las que asentará en el libro correspondiente y firmará con el presidente.
- b. Firmar con el presidente la correspondencia y todo documento de LACNIC,
- c. Citar a las sesiones de Directorio de acuerdo con lo establecido por el art. 23,
- d. Llevar el libro de actas y conjuntamente con el tesorero, el Libro de Socios, pudiendo delegar dicha tarea en el personal de LACNIC.

CAPITULO VIII

DEL TESORERO

ARTICULO 30:



Corresponde al Tesorero o a quien lo reemplace estatutariamente:

1. Asistir a las Asambleas. Participar de las sesiones del Directorio con voz y voto,
2. Ser el vínculo del Directorio con la Comisión Fiscal, incluyendo la reunión anual de esta última con el personal de LACNIC,
3. Acompañar la gestión financiera de la organización.
4. Presentar su opinión sobre los informes financieros a la Asamblea Ordinaria de LACNIC
5. Llevar conjuntamente con el Secretario el Libro de Socios, siendo responsable de todo lo relacionado con el cobro de las cuotas sociales, la presente facultad podrá ser delegada por el Tesorero en el personal de LACNIC,
6. Llevar los libros de contabilidad, la presente facultad podrá ser delegada por el Tesorero en el personal de LACNIC,
7. Presentar al Directorio balances mensuales y preparar, anualmente el Balance General y Cuenta de Gastos y Recursos e Inventario correspondientes al ejercicio vencido, que previa aprobación del Directorio serán sometidos a la Asamblea Ordinaria, la presente facultad podrá ser delegada por el Tesorero en el personal de LACNIC,
8. Firmar con el presidente los recibos y demás documentos de tesorería efectuando los pagos resueltos por el Directorio, la presente facultad podrá ser delegada por el Tesorero en el personal de LACNIC,
9. Depositar en una institución bancaria a nombre de LACNIC y a la orden conjunta del presidente y tesorero, los fondos ingresados a la caja social, pudiendo retener en la misma hasta la suma que el Directorio determine, la presente facultad podrá ser delegada por el Tesorero en el personal de LACNIC,
10. Dar cuenta del estado económico de la entidad al Directorio y a la Comisión Fiscal toda vez que se le exija, la presente facultad podrá ser delegada por el Tesorero en el personal de LACNIC.

CAPITULO IX

DEL VICEPRESIDENTE, SECRETARIO SEGUNDO, TESORERO SEGUNDO

ARTICULO 31:

Corresponde al Vicepresidente:

- a. Realizar las funciones del Presidente en caso de que este comunique su ausencia o renuncia a su cargo al Directorio.

Corresponde al Secretario Segundo:

- a. Realizar las funciones del Secretario en caso de que este comunique su ausencia o renuncia a su cargo al Directorio.

Corresponde al Tesorero Segundo:



ECL



- a. Realizar las funciones del Tesorero en caso de que este comunique su ausencia o renuncia a su cargo al Directorio

Corresponde a cada Director:

- a. Asistir a las Asambleas.
- b. Participar de las sesiones del Directorio con voz y voto,
- c. Desempeñar las comisiones, funciones y tareas que el Directorio les confíe.

DDISPOSICION TRANSITORIA

Una vez publicado el Reglamento de Competencias e Idoneidad de Candidatos, las vacantes a cargos en el Directorio creados por el presente ajuste estatutario serán llenadas de a uno por elección en los años en que se disputen dos cargos en el Directorio (sin considerar los cargos por vacancias como lo menciona el art. 21).

3. Autorización para trámites

Por mayoría (410 votos a favor, 1 en contra, 26 abstenciones y 34 no votos) la Asamblea resuelve: Designar a Oscar Robles Garay, Ernesto Majo, y/o Eduardo Jiménez de Aréchaga para que indistintamente realicen todas las gestiones o trámites correspondientes para obtener la aprobación, comunicación, registro y publicación de la presente reforma de estatutos, ante el Ministerio de Relaciones Exteriores y demás oficinas públicas de la República Oriental del Uruguay, quedando facultados para aceptar o discutir las observaciones que eventualmente formulen las autoridades competentes, incluido el Ministerio de Relaciones Exteriores, pudiendo proponer textos sustitutivos y recurrir las resoluciones de aquellas.

4. Designación de dos socios para firmar el acta.

Por mayoría (380 votos a favor, 1 en contra, 50 abstenciones y 35 no votos) se resuelve designar a Ariel Graizer y Edmundo Cazarez a los efectos de la firma del acta.

No siendo más se levanta la sesión siendo las 18:43 horas

Alejandro Guzmán
Eduardo Jiménez

[Firma]
[Firma]